

Filosofia moral e método na teoria econômica neoclássica

Natasha Pergher Silva ¹

Resumo

o presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise pormenorizada dos aspectos metodológicos e da base filosófico-moral em que se assentam as teorias neoclássicas, atentando para os impactos gerados pela leitura metodológica do utilitarismo dentro do fazer científico (prático e teórico) no campo econômico. Argumenta-se que a apropriação da ideologia liberal, por um lado, e da filosofia utilitarista, por outro, contribuiu para a edificação do mainstream teórico que se consolidou como o pensamento econômico hegemônico no final do século XIX e início do século XX, exercendo uma pesada influência nas teorias econômicas contemporâneas.

Palavras-chave: Filosofia moral; Utilitarismo; Teoria econômica neoclássica.

Abstract

This article aims to present an analysis of methodological aspects and the philosophical-moral basis in which rely on neoclassical theories, taking into account the impacts generated by methodological practice of utilitarianism within the scientific studies (practical and theoretical) in economic field. It is argued that the appropriation of liberal ideology on the one hand, and utilitarian philosophy, on the other hand, contributed to the rising of theoretical mainstream, which was consolidated as hegemonic in economics in the late nineteenth and early twentieth centuries, exerting a strong influence on contemporary economic theories.

Keywords: Moral philosophy; Utilitarianism; Neoclassical economic theory.

JEL B13.

Introdução

A segunda metade do século XIX é marcada por ser uma etapa da história intelectualmente efervescente e materialmente dinâmica. No âmbito da ciência ocidental, esse período testemunhou o triunfo do racionalismo científico, fundado em leis apriorísticas e no método hipotético-dedutivo de explicação da realidade. Já no que diz respeito às condições materiais concretas, são os anos que marcam o auge e o declínio do capitalismo liberal britânico –

(1) Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: npergher@gmail.com.

conhecido como a Era Vitoriana – que resultou numa transformação profunda das sociedades europeias, tanto em termos materiais, quanto em termos simbólicos. Dentro do campo econômico, tais transformações manifestaram-se na ascensão da Economia Neoclássica como escola de pensamento dominante, sobrepujando a antiga Economia Política de Adam Smith e David Ricardo, bem como as perspectivas críticas do desenvolvimento capitalista, referenciadas nos escritos de Karl Marx.

No que diz respeito à inclinação metodológica, a Escola Neoclássica surge durante uma fase de busca por explicações “científicas” para os fenômenos sociais, e caracteriza-se pela sobrevalorização das novas ferramentas de análise (como fórmulas matemáticas e análises estatísticas), a fim de garantir a essas abordagens o reconhecimento e o status de “verdadeira teoria científica”. A partir disso, a hegemonização do pensamento neoclássico no campo econômico foi apenas uma questão de tempo. Ao ingressar o século XX, essas teorias já possuíam a força da “quase-irrefutabilidade” das teorias matemáticas.

Já a filosofia moral subjacente ao pensamento neoclássico possui origem no utilitarismo clássico, que tem como protagonistas o jurista e filósofo inglês Jeremy Bentham – pai do utilitarismo quantitativo baseado no cálculo da maior felicidade² – e o economista e filósofo inglês John Stuart Mill – que adaptaria o utilitarismo benthamiano para uma perspectiva qualitativa³. De modo resumido, o utilitarismo clássico, tomado como filosofia moral, possui uma normatividade singular calcada na utilidade das decisões morais.

A concordância explícita de muitos teóricos da escola neoclássica com o utilitarismo, no entanto, não significa que as bases filosóficas deste, tal como expostas na formulação clássica, se mantiveram quando da sua apropriação pelos economistas neoclássicos. Adiante veremos que o utilitarismo ganhou na escola neoclássica um padrão comportamental – através do *homo-economicus* –,

(2) O cálculo da maior felicidade resume-se a um método de mensuração entre prazer e dor nas suas mais variadas circunstâncias, de modo a maximizar o prazer para o conjunto da população. A utilidade individual seria, segundo esse cálculo, o único instrumento por meio do qual a utilidade geral poderia ser atingida. Assim, tem-se que o cálculo da maior felicidade tem uma clara relação com o individualismo metodológico, o qual será incorporado como um dos axiomas da Escola Neoclássica.

(3) No utilitarismo qualitativo, aprofunda-se a noção de prazer, na medida em que se distingue os prazeres superiores dos prazeres inferiores, sendo aqueles mais desejáveis e valiosos que estes.

que minou sua caracterização como filosofia moral e acabou transformando-o simplesmente em um método.

Dito isto, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise pormenorizada dos aspectos metodológicos e da base filosófico-moral em que se assentam as teorias neoclássicas, atentando para os impactos gerados pela leitura metodológica do utilitarismo dentro do fazer científico (prático e teórico) no campo econômico. Argumenta-se que a apropriação da ideologia liberal, por um lado, e da filosofia utilitarista, por outro, contribuiu para a edificação do *mainstream* teórico que se consolidou como o pensamento econômico hegemônico no final do século XIX e início do século XX, exercendo uma pesada influência nas teorias econômicas contemporâneas. Para os quebra-cabeças da economia atual, no entanto, a economia *mainstream* tem apresentado sinais de esgotamento, uma vez que os métodos empregados não têm sido suficientes para responder às necessidades da economia mundial e das sociedades contemporâneas⁴. Nesse sentido, além de resgatar a pavimentação filosófica e compreender os pilares metodológicos da teoria neoclássica, o presente trabalho esboça uma crítica que se apoia nesses dois aspectos em questão.

Para tanto, o argumento foi estruturado da seguinte forma: na primeira seção é feito um resgate do contexto histórico e filosófico do surgimento da escola neoclássica, marcado pela *débâcle* da Era Vitoriana e pela ascensão da Era dos Impérios, a fim de mostrar a herança liberal presente nas teorias neoclássicas. Posteriormente, são demonstradas as premissas do racionalismo metodológico que deram suporte a essas teorias, baseadas no método cartesiano. Através dessa análise, os teóricos neoclássicos justificam a criação do sujeito teórico *homo-economicus*, a pedra fundamental que garante consistência interna para essas abordagens. Na seção seguinte, realiza-se um estudo de três autores da escola neoclássica – Stanley Jevons, León Walras e Alfred Marshall –, abordando o caráter utilitarista e instrumental dessas perspectivas sobre o

(4) Observa-se nas últimas décadas uma acumulação capitalista sem precedentes – nos anos 1990 mediante o processo de privatizações neoliberal e mais recentemente através da acumulação financeira possibilitada pela ampliação da dívida pública dos Estados nacionais – com custos sociais profundos – precarização do trabalho, terceirização, desemprego, perda de direitos sociais, desmantelamento dos mecanismos de proteção social etc.

campo econômico. A isso, segue-se a identificação de dois aspectos da ascensão hegemônica do neoclassicismo econômico: primeiro, a apropriação do utilitarismo como método e não como filosofia moral; e, segundo, a instrumentalização do pensamento econômico – para a qual se desenvolve uma reflexão crítica apoiada nos escritos de Max Horkheimer. Por fim, nas considerações finais são sistematizados os argumentos apresentados ao longo do texto e defende-se a necessária revisão, atualização e aprofundamento da crítica à economia *mainstream* com vistas a resgatar a Crítica da Economia Política e o debate ético no campo econômico.

1 O contexto histórico e filosófico da ascensão da teoria neoclássica

A escola neoclássica ascendeu durante uma etapa histórica de transição do triunfo liberal, sob a hegemonia britânica, para um período em que os processos políticos ganharam nova amplitude e se difundiram para espaços geográficos ainda marginalizados no antigo sistema interestatal. Esse momento que se inaugura é chamada por Hobsbawm (1988) de **A Era dos Impérios**. A era imperialista foi caracterizada pelo historiador como “uma era de paz sem paralelos no mundo ocidental que gerou uma era de guerras mundiais igualmente sem paralelos” (Hobsbawm, 1988, p. 24). Antes, porém, convém elucidar alguns elementos do período que precedeu a era dos impérios, a fim de expor os condicionantes históricos, econômicos e políticos que pavimentaram os acontecimentos das últimas três décadas do século XIX – momento em que as teorias neoclássicas são elaboradas e difundidas no pensamento econômico.

O primeiro aspecto a ser levantado é a centralidade do poder britânico no sistema interestatal, o qual experimentou durante a Era Vitoriana⁵ o seu momento mais glorioso. A Era Vitoriana, iniciada em 1837, marca um período de grande prosperidade econômica inglesa e de confiança e aposta no capitalismo de livre-concorrência como modelo mais adequado para promover o progresso econômico e o aperfeiçoamento tecnológico da sociedade industrial.

(5) A Era Vitoriana é o período que compreende os anos de 1837 a 1901, em que a Rainha Vitória, da Casa de Hanôver, assume o trono inglês. Neste período, a Grã-Bretanha consolida-se como o Estado central do capitalismo mundial. A Era Vitoriana pode ser dividida em duas fases: a primeira (1837-1870) caracterizada pelo triunfo do liberalismo burguês e de suas instituições; a segunda (1870-1901), marcada pela intensificação da concorrência interestatal que colocaria em cheque a hegemonia britânica e culminaria na Primeira Guerra Mundial (1914).

Evidentemente, a livre-concorrência respaldava um modelo de trocas comerciais desiguais entre a Grã-Bretanha e as suas colônias – como foram os casos da Índia e do Egito –, ampliando seus ganhos materiais. Esse modelo, apesar de não ser uma peculiaridade do mundo vitoriano, teve na Grã-Bretanha um de seus principais difusores.

O segundo elemento que caracteriza o período de ascensão da escola neoclássica é o aperfeiçoamento técnico e o elevado grau de inovações testemunhadas nos países do centro capitalista, o que deu origem a um novo paradigma técnico-econômico (Perez, 2002). Entre 1830 e 1900, foram criados, no âmbito das telecomunicações, o telégrafo, o telefone, as ondas de rádio, a fotografia e o cinema, criando novas percepções sobre as noções de espaço e de tempo. No campo da infraestrutura, podem-se mencionar a lâmpada elétrica, os navios de aço a vapor, as ferrovias, as pontes e os túneis. Todas essas inovações compõem o que Carlota Perez chamou de “idade do aço, da eletricidade e da engenharia pesada”, ou terceira revolução tecnológica.

Além das inovações de cunho técnico-produtivo, deve-se salientar a formulação de novos métodos de análise e de abordagens teóricas originais que ganhavam espaço e ocupariam uma posição central nas ciências sociais e nas ciências biológicas no último quarto do século XIX. Destaca-se a sociologia científica, desenvolvida por Émile Durkheim, a sociologia positivista, inaugurada por Augusto Comte, e as teorias evolucionistas e social-darwinistas, que se referenciam na abordagem biológica de Charles Darwin. Fossem de cunho teórico ou prático, essas inovações incutiram em grande parte da sociedade da época uma perspectiva de progresso e avanço, fortalecendo a crença no modelo econômico capitalista e contribuindo para o desejo de seu aprofundamento (Hobsbawm, 1988, p. 47).

Na esfera do pensamento econômico, o *boom* vitoriano testemunhou a ascensão de um grupo de pensadores – os economistas neoclássicos – que olhariam para o processo de desenvolvimento capitalista com esse otimismo, frisando suas melhorias e abortando os prognósticos sobre a sua possível superação (tal como previa a interpretação marxista da crise final do capitalismo). Além do aperfeiçoamento produtivo, a melhora nas condições de vida das “pessoas comuns” – materializada na redução da jornada de trabalho e no aumento dos salários reais – eram provas concretas para esses autores de que o diagnóstico marxista pautava-se em uma leitura equivocada do processo de

desenvolvimento econômico (Heilbroner, 1996). O objeto de estudo dessas teorias não se concentrava no aspecto ético e moral do sistema capitalista, mas focalizavam seu funcionamento e os mecanismos por meio dos quais tal sistema era capaz de se desenvolver. Ou seja, buscou-se reduzir os aspectos políticos, filosóficos e sociais das antigas abordagens econômicas, com vistas a construir uma teoria econômica “pura”, que tivesse legitimidade científica para ser lecionada nas grandes universidades europeias e capaz de neutralizar o conteúdo político dos movimentos trabalhistas do período (Screpanti; Zamagni, 2005, p. 166).

Esse pensamento se consolidou como *mainstream* econômico a partir do início da década de 1870, quando surgiram as primeiras teorias econômicas de orientação neoclássica. Nesse momento, as relações internacionais seriam marcadas pela intensificação das rivalidades interestatais, inaugurando um período histórico conhecido na literatura como imperialismo. Tal período caracterizou-se pela expansão econômica e militar do centro capitalista para as regiões periféricas do globo não mais subordinadas somente pelo comércio internacional (África e Ásia), distribuindo-as entre as grandes potências rivais. A guerra franco-prussiana (1870-1871), as unificações alemã e italiana contribuíram para o aumento dessa rivalidade, ao colocarem no jogo distributivo dois novos Estados-nação. Além disso, o período abrangeu a grande depressão de 1873⁶, o desenvolvimento dos movimentos trabalhistas e socialistas na Europa, o declínio econômico britânico e a gênese da revolução russa.

Nos estados centrais, a corrida colonial e suas consequências eram plenamente justificadas pelos ganhos econômicos e políticos dos quais estes Estados se valiam. Dentre esses benefícios, pode-se citar a demanda por metais preciosos e recursos naturais, capazes de aprofundar as inovações tecnológicas em curso. Muitos foram os intelectuais que apoiaram essas incursões no mundo “exótico”, argumentando que era urgente levar a civilização aos povos “bárbaros” dos espaços “subdesenvolvidos”.

(6) A crise de 1873, a qual minou os fundamentos do liberalismo clássico, apresentou impactos agudos no comércio mundial. No entanto, Hobsbawm demonstra que essa crise no âmbito comercial não impactou a esfera produtiva da economia mundial, a qual apresentou uma tendência de crescimento no período. Segundo o historiador, “após o colapso reconhecidamente drástico dos anos 1870 (...), o que estava em questão não era a produção, mas sua lucratividade” (Hobsbawm, 1988, p. 59).

No que tange à empresa capitalista, a Era dos Impérios testemunhou inúmeros processos de fusões e aquisições, que geraram a concentração do capital e minaram a livre-concorrência tão intensamente propagada pela ideologia vitoriana. O renascimento do protecionismo e a percepção do Estado-Nação como unidade básica do capitalismo imperialista caracterizaram as relações intercapitalistas no final do século XIX. A tendência ao monopólio e ao oligopólio deu-se, especialmente, nas indústrias pesadas, responsáveis pela produção de armamentos (Hobsbawm, 1988). No entanto, contra intuitivamente, tal concentração permitiu um revigoramento da doutrina liberal, por meio do pensamento neoclássico. Conforme argumentam Hunt e Sherman (1977):

Por maior que pareça a defasagem entre os pressupostos da teoria econômica liberal clássica e a realidade econômica do final do século XIX, as doutrinas sustentadas pelo liberalismo clássico não caíram por terra. Pelo contrário, recuperaram sua atualidade, ao confluírem com o utilitarismo de Bentham e ao ganharem um elaborado e hermético arcabouço de álgebra e cálculo. Coube assim à nova escola dos pensadores econômicos, conhecidos como economistas neoclássicos, dar novo rigor às teorias econômicas liberais clássicas (Hunt; Sherman, 1977, p. 96).

Assim, apesar de todas essas modificações no âmbito da economia e da política, com a intensificação da concorrência interestatal e a ascensão desse novo sistema pautado nas relações neocoloniais, a certeza das teorias neoclássicas na ortodoxia liberal do auge da Era Vitoriana não foi abalada. As teorias neoclássicas buscam resgatar o triunfo liberal-burguês, desconsiderando a realidade das últimas três décadas do século XIX, em que os oligopólios, os trustes e os cartéis fortaleciam-se através das novas barreiras protecionistas erigidas pelos estados nacionais europeus e nas quais os territórios periféricos eram arbitrariamente recortados pelo centro do mundo capitalista⁷.

(7) Em contraposição à leitura neoclássica, um conjunto de teorias engajadas no estudo desse novo padrão de acumulação se multiplicou no velho continente, em especial as teorias marxistas do imperialismo. A argumentação marxista do final do séc. XIX orienta-se basicamente pela crítica ao sistema capitalista e, conseqüentemente, atinge a perspectiva neoclássica especialmente no que tange à tomada *a priori* desse modelo de produção e no afastamento das discussões sobre os condicionantes e reflexos históricos que o aprofundamento das relações capitalistas de produção trouxe para o conjunto da sociedade e para o sistema internacional como um todo.

Isso posto, na seção seguinte será analisada a pavimentação metodológica do racionalismo cartesiano, o qual exerceu forte influência no pensamento neoclássico. Pretende-se demonstrar a origem dos esforços de sistematização matemática característicos dessa escola econômica, bem como apresentar o embasamento metodológico da criação do sujeito teórico do *homo-economicus* – pedra angular que sustenta e dá coerência interna às teorias neoclássicas.

2 O racionalismo metodológico e o homo economicus

Os dilemas metodológicos que se fazem presentes no campo econômico resultam de uma problemática moderna: a disputa entre racionalismo e empirismo. Esse impasse entre o geral e o particular, a dedução e a indução, a razão e a experiência se fez presente na construção do pensamento econômico desde o surgimento da Economia Política Clássica, passando pelo utilitarismo, até atingir uma posição definitiva no final do século XIX, com o surgimento da teoria econômica neoclássica. Os autores do *mainstream* econômico são, por excelência, racionalistas e dedutivistas.

O racionalismo surge com René Descartes e se fortalece com as obras de Gottfried Leibniz e Baruch Espinoza. De modo geral, pode ser explicado a partir de três princípios gerais, três princípios lógicos e uma condição metafísica. Os três princípios gerais que sustentam o método racional podem ser sintetizados da seguinte forma: 1) se uma coisa é concebível, então ela é possível; 2) nada que existe no universo está além do nosso conhecimento; e 3) se há uma relação lógica entre duas coisas no plano do intelecto, então o plano da experiência deve apresentar uma relação similar (Huenemann, 2012, p. 11). Já os princípios lógicos, derivados de Aristóteles, são: 1) uma coisa que existe não pode não existir ao mesmo tempo e sob as mesmas circunstâncias (não-contradição); 2) duas coisas iguais a uma terceira são iguais entre si (terceiro excluído); e 3) cada coisa é idêntica a si (identidade).

Em decorrência desses princípios, algumas afirmações não se justificam pela experiência, mas dependem pura e simplesmente da razão. É o que se chama de afirmações *a priori*. Tanto Descartes, quanto Leibniz e Spinoza acreditavam na existência de verdades apriorísticas – sendo Deus, a matemática e as leis de causalidade alguns exemplos. Para eles, essas verdades seriam

inatas, não dependendo da experiência para serem descobertas, mas do exercício da razão, que se daria por meio do processo de dedução. O processo dedutivo, por sua vez, partiria de certos axiomas e deles derivariam, por meio da lógica formal, uma série de proposições. Se as conclusões sobre tais proposições possuíssem coerência interna e seguissem os princípios lógicos anteriormente apresentados, então o axioma seria validado, ganhando status de verdade. Huenemann (2012) argumenta que a crença racionalista no poder explicativo da lógica levou a certa confusão entre as noções de relação causal e relação lógica, haja vista que “duas coisas podem estar causalmente relacionadas mesmo se suas ideias não tiverem uma relação lógica uma com a outra (uma lição que nos foi dada por David Hume)” (Huenemann, 2012, p. 18).

Finalmente, no que tange ao aspecto metafísico do racionalismo metodológico, tem-se a condição de existência do imaterial – o que poderia ser comparado com o Mundo das Ideias de Platão. Os filósofos racionalistas não só reconhecem a existência desse mundo, como o considera mais real do que o mundo sensorial, argumento que se sustenta por meio da tese das gradações da realidade. De modo sucinto, essa tese propõe que as coisas existem em graus variados de realidades, ou seja: existem coisas mais reais do que outras. A crença em um ser superior é uma consequência dessa tese das gradações, uma vez que, se é possível especular sobre uma realidade que pode ser cada vez mais real, em determinado momento chegar-se-á em um nível máximo de perfeição e de realidade. A existência de um Deus de máxima perfeição, portanto, dá a outros conceitos certo grau de realidade.

Não pode ser qualquer tipo de mente finita, uma vez que presumivelmente as verdades a priori baseadas naqueles conceitos não cessariam de ser verdadeiras se todas as mentes finitas morressem, degradassem ou desaparecessem. Precisa ser uma mente infinita – ou seja, Deus (Huenemann, 2012, p. 24).

No plano econômico, serão esses os princípios e as condições que fundamentarão a chamada “teoria econômica pura”, cuja sustentação das premissas e a coerência lógico-formal das relações causais dependem da concepção de um sujeito conhecido como *homo economicus*.

O *homo economicus* é concebido no âmbito das teorias econômicas neoclássicas, mas cuja disseminação atingiu outras disciplinas, como ciência política, sociologia, filosofia e direito (Anderson, 2000). Suas características são conhecidas na literatura. A primeira delas é de que o *homo economicus* orienta-se segundo escolhas racionais, ou seja, segue uma coerência lógica entre o que se busca obter e a maneira pela qual se pretende alcançar esse fim. Porém, a consistência interna não configura uma condição suficiente para garantir a racionalidade dos agentes e, para isso, adita-se uma segunda característica, sintetizada no comportamento autointeressado, que tem como propósito a maximização da função utilidade individual.

Essas duas características fundamentais – racionalidade e autointeresse – que constituem o *homo economicus* difundiram, além do racionalismo, o individualismo metodológico⁸. Por esse motivo, estudos mais abrangentes sobre a sociedade, a política e a história não encontram espaço dentro do pensamento neoclássico, o qual se volta principalmente às leis de otimização que orientam a tomada de decisão do agente. Assim, as análises macrosociológicas podem ser resumidas e explicadas pela maximização da função utilidade do indivíduo através do cálculo racional. Finalmente, um último axioma a ser elencado é o da informação perfeita entre os agentes. Essa premissa garante que todas as causas sejam conhecidas pelos indivíduos e que a possibilidade de contingências seja eliminada para que a escolha racional seja assegurada. Mais uma vez, o axioma da informação perfeita garante a coerência interna e a plausibilidade teórica, tão cara ao racionalismo neoclássico.

Uma vez resumidas as características do *homo economicus*, resta uma reflexão a ser feita: esse sujeito existe? Há intérpretes que defendem que o *homo economicus* é real e que todas as pessoas em sua consciência agem de modo racional para maximizar o autointeresse. De modo contrário, há estudiosos que tentam comprovar que esse sujeito é pura abstração, apelando para situações em que as escolhas humanas não são internamente coerentes e, consequentemente, não apresentam relações causais claras. No entanto, se são

(8) No individualismo metodológico, os fenômenos no nível macro poderiam (e deveriam) ser explicados por meio de sua redução ao plano micro, onde as leis e propriedades determinantes desses fenômenos poderiam ser encontradas. De modo resumido, o individualismo metodológico prega a ideia de que o todo é igual a soma das partes e que, conhecendo a natureza do indivíduo se pode compreender todos os fenômenos sociais que dela derivam. Na escola neoclássica, essa acepção será incorporada como um dos axiomas da doutrina.

as premissas sobre o racionalismo metodológico que fundamentam a construção da Economia Neoclássica, o simples fato de o *homo economicus* ser concebível, torna-o possível e, portanto, real. Mais do que isso, a consistência interna que esse sujeito empresta à teoria neoclássica contribui para a sua coerência lógico-matemática, tornando-o um dos mais perfeitos seres. Portanto, a reflexão sobre se ele existe no plano terreno é secundária, haja vista que a sua existência no plano metafísico é capaz de confirmar matemática e logicamente as leis econômicas gerais criadas no âmbito dessa escola.

Analisadas as premissas metodológicas que sustentam as teorias neoclássicas, é possível analisar de modo mais detalhado alguns aspectos específicos da perspectiva filosófica que subjaz a obra de alguns autores da escola neoclássica. É o que será feito na próxima seção.

3 Filosofia moral e utilitarismo em Jevons, Walras e Marshall

Stanley Jevons e León Walras foram pensadores que se esforçaram para criar uma Ciência Econômica assentada em sólidas bases científicas e capaz de explicar *como* se dão os fenômenos relativos à riqueza. São autores de grande relevância para o pensamento marginalista⁹, que contribuíram para o surgimento e para a consolidação da Escola Neoclássica, sintetizada por Alfred Marshall. A despeito das peculiaridades de cada um, a análise da obra desses autores e de alguns de seus intérpretes permite afirmar que estas se caracterizam por: i) a defesa de um método científico que se utiliza de um vasto instrumental matemático¹⁰; ii) a delimitação do objeto de estudo da Ciência Econômica,

(9) Apesar de Carl Menger ser o terceiro autor que compõe a chamada trinca marginalista, suas contribuições não serão trabalhadas nesse texto. Ainda que sua posição sobre a instrumentalização do conhecimento se diferenciasssem daquelas defendidas por Jevons e Walras, por acreditar na dispensabilidade da matemática (Tulio, 2015), Menger filiava-se ao pensamento hipotético dedutivo e ao método do individualismo metodológico tanto quanto os outros dois. Para o argumento aqui desenvolvido (que evidentemente não aprofunda a revolução marginalista como esta mereceria, dada a sua complexidade), são os resultados no que diz respeito à matematização e à instrumentalização da ciência econômica, bem como a sacralização do individualismo metodológico no fazer científico que são destacados.

(10) Em suma, eu não escrevo para matemáticos, nem como um matemático, mas como um economista buscando convencer outros economistas que a sua ciência só pode ser satisfatoriamente tratada sob bases matemáticas explícitas (Jevons, 1965, p. xiii). A aplicação [matemática] (...) não consiste em *prever*, mas em *explicar* a variação dos preços de acordo com as variações de oferta e da demanda, sob o regime de livre concorrência (Walras, 1983, p. 4).

restringindo o escopo de análise da antiga Economia Política¹¹; e iii) a aceitação do Utilitarismo como fundamentação moral. A seguir, serão analisados os elementos comuns e algumas peculiaridades presentes nas obras desses três autores.

3.1 Stanley Jevons: utilitarismo moral e instrumentalização da economia

William Stanley Jevons foi um economista britânico, acadêmico da University College, cujo posicionamento quanto à matéria da filosofia moral no âmbito da economia sintetiza-se pelo utilitarismo moral, sendo esse a base para quaisquer determinações sobre a felicidade, o bem e o mal. A acepção de utilidade que permeia os seus estudos resume-se àquilo capaz de promover prazer ou inibir a dor, seguindo a mesma definição de Jeremy Bentham. Nesse sentido, constitui-se em um cálculo a respeito da satisfação que obtemos e/ou da eliminação de algum mal ao consumir determinado bem. A utilidade, juntamente com a característica de ser transmissível e de ser limitada em quantidade, são os elementos constitutivos da *riqueza*, objeto de estudo da Economia Política (Jevons, 1986).

A distinção entre necessidade e utilidade é um ponto nebuloso na teoria do economista britânico e deve ser analisada com cuidado. Há uma sobreposição entre esses conceitos quando Jevons escreve que:

O que realmente podemos afirmar é que a água é útil quando e onde a desejamos e na quantidade que queremos, e não de outro modo. Não devemos dizer que toda a água seja útil, mas unicamente a determinada quantidade que pudermos empregar. Agora é fácil de ver porque as coisas para serem uma riqueza devem ser limitadas em quantidade: nunca temos necessidade de uma quantidade ilimitada de objetos (Jevons, 1896, p. 18).

(11) A Economia Política, ou Economia, é um estudo da Humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar. (Marshall, 1982, p. 23). Muitos censuram a Economia Política pelo fato de *só tratar de riqueza*; dizem que há muitas outras coisas melhores do que a riqueza, tais como a virtude, o afeto, e a generosidade. (...) Estes críticos não compreendem qual o fim de uma ciência como a economia política. Não vêm que em nossos estudos devemos tratar de cada coisa por sua vez. Não podemos aprender todas as ciências sociais ao mesmo tempo (Jevons, 1896, p. 2).

O fato de o valor de um objeto relacionar-se com a sua utilidade e com a sua escassez faz com que todos aqueles objetos que não são escassos, mas que de uma forma ou de outra são essenciais para a nossa sobrevivência, não sejam úteis, nos termos de Jevons. Nesse sentido, a distinção entre uma coisa ser necessária ou não depende da vontade do indivíduo em obtê-las e não mais da dependência que tem em consumi-las. Essa conclusão é o cerne da leitura sobre a filosofia moral em Jevons, o qual se exime de fazer a distinção entre necessidade e utilidade. Para Jevons, existe uma série de necessidades que seguem a ordem: ar, alimento, vestuário, moradia, literatura, artigos de luxo e/ou de lazer. Essas “necessidades” são variadas e, cada uma, logo que satisfeita, é substituída por uma nova “necessidade” (Jevons, 1986).

Partindo desses pressupostos sobre necessidade e utilidade, Jevons conclui que o papel da Economia Política é avaliar como se podem suprir as nossas várias necessidades tanto quanto possível, buscando sempre o mínimo esforço na consecução daquilo a que aspiramos.

Sempre devemos tentar produzir com o menor trabalho possível; para trabalhar o esforço é penoso, e devemos dispender o menor esforço e atividade que pudermos. (...) [A Economia Política] ensina-nos a descobrir o meio mais rápido para conseguir o que desejamos. O fim a que aspiramos é obter a maior quantidade de bens à custa do menor trabalho (Jevons, 1896, p. 19).

No que tange ao método da Ciência Econômica, Jevons é um adepto do racionalismo metodológico, argumentando que, sendo a ciência econômica um cálculo de prazer e dor, ela é, necessariamente, uma ciência matemática. Conceitos difíceis, como utilidade, valor, trabalho, capital, etc., podem ser explicados por meio de expressões matemáticas pelo simples fato de tratarem de elementos quantitativos. Jevons recorre à Smith para comprovar o caráter numérico de tais conceitos: no quinto capítulo da Riqueza das Nações, Smith trata de “quantidade de trabalho”, “medidas de valor”, “proporção”, etc., e todas essas são ideias matemáticas (Jevons, 1986).

Para o britânico, as dificuldades e imperfeições da ciência econômica resultam da negligência dos estudiosos da economia em obter uma noção clara de utilidade, tanto em termos qualitativos, quanto em termos quantitativos – e

especialmente nesse último. Em **The theory of political economy** (1871), Jevons alega que os economistas têm sido maus matemáticos, o que impede o avanço da Ciência Econômica, uma vez que a economia só pode ser tratada de forma satisfatória se incluir em suas análises uma base matemática.

A utilização das ferramentas matemáticas é insuficiente se o economista for incapaz de compreender o seu real valor para a disciplina. De acordo com o autor, seu valor é o de guiar e dar suporte aos processos mais complexos de racionalização, conforme defende a filosofia cartesiana. Nesse sentido, independentemente em relação a qual subárea econômica se estiver tratando, a economia deve seguir princípios gerais, os quais serão alcançados por meio de equações e ferramentas numéricas. Esse preceito configura um dos pilares da economia jevoniana.

Eu tenho, uma e outra vez, questionado a veracidade de minhas próprias ideias, mas sem nunca encontrar qualquer razão para duvidar de sua correção substancial. (...) É claro que a Economia, se é para ser uma ciência, de fato, deve ser uma ciência matemática (Jevons, 1871, p. 2)¹².

3.2 Ciência, arte e moral em León Walras

León Walras, expoente da Escola de Lausanne, foi uma das figuras mais importantes para o desenvolvimento do pensamento neoclássico. A sua obra mais conhecida, **Elementos de economia política pura** (1874), possui diversas publicações e foi um marco para o pensamento econômico do século XIX. A partir das ideias expostas em **Elementos**, o autor produziu uma obra chamada **Compêndio dos elementos de economia política pura**, a qual inclui os pilares de sua teoria. Nas passagens introdutórias da obra, Walras apresenta claramente as suas percepções quanto ao objeto de estudo da economia, o que nos ajuda a compreender a estrutura sobre a qual se constrói a sua perspectiva.

Primeiramente, retoma as concepções clássicas de Adam Smith e J. B. Say sobre o que se entende por Economia Política. Para o autor, era essencial que se delimitasse o escopo de atuação da Ciência Econômica, restringindo-a a

(12) "I have, over and over again, questioned the truth of my own notions, but without ever finding any reason to doubt their substantial correctness. (...) It is clear that Economics, if it is to be a science at all, must be a mathematical science."

determinados assuntos, uma vez que, a incorporação sem critérios de elementos das ditas ciências sociais tornaria o campo da economia muito vasto. Adam Smith e Say foram economistas que fizeram esse esforço no sentido de conceituar e delimitar o objeto. O intuito de Walras é expor essas duas visões antagônicas que, segundo ele, são ainda insuficientes para definir com clareza o que é o objeto de estudo da Economia.

Comentando Smith, Walras afirma que esse autor definia a Economia Política a partir de dois objetivos centrais: primeiro, assegurar ao povo um rendimento ou uma subsistência abundante e, segundo, garantir ao Estado um rendimento suficiente para a prestação de serviços públicos. Para Walras, no entanto, essa definição era problemática, devido ao fato de que a ciência deveria ser encarada como sendo livre de juízos de valor. Para ele, “[o] caráter da ciência propriamente dita é o completo desinteresse por qualquer consequência vantajosa ou prejudicial quando se dedica à busca da verdade pura” (Walras, 1983, p. 8). Essa concepção de ciência, em Walras, se baseia na crença de que o cientista deve se dedicar a um trabalho meramente teórico – que nem sempre apresentará correspondência com a prática –, pautando-se na neutralidade do sujeito que o realiza¹³.

A fim de exemplificar essa concepção, Walras distingue o trabalho do geômetra e do astrônomo com as funções do arquiteto e do navegador. Enquanto os primeiros realizam um trabalho teórico para estabelecer leis gerais e verdades puramente científicas, os segundos tratam de aplicá-las. Os desacordos com Smith tornam-se claros se compreendemos que, para Walras, a Economia Política não deve tratar da aplicação das leis, mas sim de sua formulação.

Com efeito, dizer que a Economia Política tem como objeto propiciar ao povo um rendimento abundante e fornecer ao Estado um rendimento suficiente é como dizer que a Geometria tem como objeto construir casas sólidas e a Astronomia tem como objeto navegar pelos mares com segurança. Em uma palavra, é definir a ciência por meio de suas aplicações (Walras, 1983, p. 9).

(13) Ressalva-se que a dualidade “teoria” *versus* “prática”, que define a neutralidade da ciência para Walras, não é verdadeira para a totalidade das outras correntes que compartilham do princípio de neutralidade.

Finalmente, Walras expõe uma última discordância no que concerne ao caráter da Econômica Política. Segundo ele, a definição apresentada por Smith peca em não deixar claro o que representam o “rendimento abundante para o povo” e o “rendimento suficiente do Estado”. Ele esclarece que essas definições carregam implicitamente os conceitos de utilidade e equidade, o interesse e a justiça. Nesse sentido, Walras advoga uma Economia Política dedicada à criação de leis gerais sólidas, rigorosa na elucidação de seus conceitos e, de certa forma, descompromissada com a aplicação de suas leis (Walras, 1983).

A crítica de Walras às ideias de Say são de ordem inversa às aquelas feitas a Smith. Enquanto o último apresenta um conceito sustentado na consecução de um fim – o rendimento abundante para o povo e suficiente para o Estado – o primeiro foca excepcionalmente nos meios, na dinâmica instrumental dos processos econômicos. Nesse sentido, Walras expõe uma crítica à naturalização total das leis econômicas, o que elimina da Economia Política as variáveis referentes à agência do sujeito e às vontades humanas. “De acordo com ele, parece que as riquezas se *formam*, se *distribuem*, e se *consomem*, quando não sozinhas, pelo menos de uma maneira algo independente da vontade do homem, e que toda Economia Política consiste na simples exposição dessa maneira” (Walras, 1983, p. 10).

Walras é enfático em sua crítica a Say. Para ele, a definição de Economia Política de Adam Smith era incompleta, ao passo que a de Say era inexata. Enquanto Smith aproximava-se mais daquilo que Walras chamava de *arte*, Say queria fazer da Economia Política uma *ciência natural*, o que era bastante grave, uma vez que as ciências naturais independem da ação humana e um dos pilares da teoria econômica neoclássica seria o individualismo metodológico, que dá ao sujeito um poder de agência sobre as imposições objetivas da realidade (Pernissoto, 2010).

A origem do conflito foi resumida por Walras como sendo a falta de consenso acerca da natureza da ciência econômica, ou seja, se a Economia Política tratava de expor aquilo que *é* (ciência natural), ou aquilo que *deve ser* (ciência moral). Para o autor, os esforços de autores franceses, como Adolphe Blanqui e Joseph Garnier, em tentar resolver esta contenda por meio da defesa de que a Economia Política seria uma mescla dessas ciências é incoerente e denota uma postura não filosófica desses autores (Walras, 1983).

O autor se debruça, assim, nas definições de ciência, arte e moral. Nesse sentido, retoma a ideia de que a arte é a aplicação do conhecimento científico, enquanto que a ciência se limita a observar e a explicar os fenômenos. As considerações de Charles Coquelin para a matéria são consideradas por Walras como sendo extremamente precisas. Diz Coquelin:

A arte consiste numa série de preceitos ou de regras a seguir; a ciência no conhecimento de certos fenômenos ou de certas relações observadas ou reveladas... A arte aconselha, prescreve, dirige; a ciência observa, expõe, explica. Quando um astrônomo observa e descreve o curso dos astros, faz ciência; mas quando, depois de fazer suas observações, deduz regras aplicáveis à navegação, faz arte... Dessa forma, observar e descrever fenômenos reais, eis a ciência; ditar preceitos, prescrever regras, eis a arte (Coquelin, 1854, citado em Walras, 1983, p. 13)¹⁴.

Partindo dessa leitura, Walras faz uma análise platônica da ciência, em consonância com a metodologia racionalista. Para ele, a ciência seria o estudo das leis perenes e universais, das quais os corpos são o meio de propagação. A segmentação entre as ciências se daria através da distinção dos fatos gerais entre fatos naturais e fatos humanitários. Os primeiros têm por objeto os fenômenos implacáveis da natureza, e os últimos tratam do exercício livre da vontade humana. Essa separação permite-nos distinguir a *ciência natural pura* ou *ciência* e a *ciência moral* ou *História*, a qual dará origem a novos segmentos do conhecimento, a saber: a arte e a moral. A arte trata da relação entre pessoas e coisas, ao passo que a moral refere-se à relação entre pessoas e pessoas (Walras, 1983).

Para o autor, o ser que se conhece e se possui é uma pessoa, enquanto o ser que não se conhece e não se possui é uma coisa. Uma vez que os objetos não têm consciência de si, a finalidade das coisas é servir às causas humanas e, por isso, diz-se que há sua submissão em prol das pessoas na esfera da arte. No entanto, em se tratando da moral, a pessoa por se conhecer e se possuir está encarregada ela mesma de realizar o seu próprio destino e, em função disso, não pode ser submetida aos fins de outras pessoas, como se fazem com as coisas. A ideia de Walras pode ser resumida da seguinte forma: a *ciência* é o esforço em atingir a *verdade* – real, atemporal e absoluta; a *arte* é a aplicação das leis gerais

(14) Coquelin, Charles. *Dictionnaire de l'économie politique*. Guillaumin, 1854.

buscando a sua *utilidade*, a satisfação dos interesses; e a *moral* é o estudo sobre as concepções de *bem* e de *justiça* (Walras, 1983).

O autor dedica-se ainda à reflexão sobre o conceito de riqueza, buscando responder se a Economia Política é uma disciplina que envolve uma, duas ou as três noções. Primeiramente, a riqueza é conceituada como um conjunto de coisas (materiais ou imateriais) úteis e que se encontram em quantidades limitadas na natureza. A condição de escassez é essencial para entender o conceito de riqueza. Para Walras, os bens abundantes na sociedade, como a água, o ar e a luz são úteis ao ser humano, embora não sejam concebidos enquanto riqueza. Isso se deve ao fato de que qualquer pessoa que deles necessitar poder tê-los na quantidade que desejar. Do mesmo modo, um bem que seja extremamente raro, mas que não sirva para satisfação de alguma necessidade, não pode ser concebido como riqueza, uma vez que não cumpre a condição de ser um bem útil (Walras, 1983).

Essa matéria sobre a riqueza social, a utilidade e a raridade está conectada à reflexão acerca da ciência, da arte e da moral, justamente em função das premissas que toma para caracterizar a “riqueza social”. Diz o autor:

Pouco importa levar em conta aqui a moralidade ou imoralidade da necessidade à qual atende a coisa útil e que ela permite satisfazer. Que uma substância seja procurada por um médico para curar um enfermo, ou por um assassino para envenenar a sua família, é uma questão muito importante sob outros pontos de vista, mas completamente desprezível sob o nosso (Walras, 1983, p. 19).

Algumas reflexões são possíveis a partir dessa aceção: primeiro, considerando que em ambos os casos apresentados a coisa é útil, e que o fim para o qual esta coisa será utilizada é desprezível, poder-se-ia concluir que a utilidade da coisa e a moralidade de seu fim estão desconectadas, uma vez que não importa se o fim é bom ou ruim, mas apenas se ele será atingido ou não. Essa linha de raciocínio dialoga com a noção de coerência interna da teoria, ou seja, os meios e os fins devem ter sustentação lógica. Segundo, uma vez que a economia é concebida como o estudo da riqueza social, em suas mais diversas esferas, e o próprio conceito de riqueza social exclui o juízo ético da dimensão utilitária de um bem, pode-se concluir que o pilar moral da Economia Política é, de certa forma, diminuído em detrimento dos pilares da ciência e da arte.

Essa leitura resulta do esforço em desenvolver uma Ciência Econômica exata e precisa – similar às ciências naturais –, porém com a ressalva de que por se tratar de uma ciência humana e é constituída por forças imprecisas e livres. Essa ponderação parece bastante clara em Walras quando este defende a agência do sujeito e as liberdades individuais diante da leitura inflexível de Say. No entanto, a criação de conceitos que extraem os juízos éticos das suas definições é uma maneira um pouco mais sutil de centrar a Economia Política nas questões operacionais da economia, negligenciando as questões sobre o *bom* e o *justo*.

Finalmente, pode-se concluir que a reflexão filosófico-teórica de Walras é bastante apurada, sobretudo no que concerne ao papel da ciência, da arte e da moral. No entanto, Walras conclui o seu texto afirmando que a Economia Política deveria ser vista desde dois pontos de vista, o da Economia Política Pura e o da Economia Política Aplicada, o que acaba reduzindo as reflexões anteriormente expostas a duas categorias separadas. Para o autor, a primeira abordaria questões do valor de troca, da troca em si e da riqueza social e deveria preceder a segunda. Para tanto, faria uso de ferramentas matemáticas: “O método matemático não é o método *experimental*, é o método *racional*.” (Walras, 1983, p. 23). Por meio das ciências matemáticas pode-se sair da experiência, construir tipos ideais – o leiloeiro walrasiano é um exemplo disso – e, a partir deles, edificar todos os teoremas e demonstrações. E, mais uma vez percebe-se a influência do racionalismo metodológico e de J. B. Say na formulação da teoria, quando Walras afirma “a aplicação [matemática] absolutamente não consiste em *prever*, mas em *explicar* a variação dos preços de acordo com as variações de oferta e da demanda, sob o regime de livre concorrência” (Walras, 1983, p. 23).

Walras reconhecia a limitação dos teoremas matemáticos na explicação das questões morais, diferentemente daquelas questões operacionais sobre a riqueza social. Decidir que a Economia Política Pura deveria anteceder o estudo da Economia Política Aplicada, portanto, foi a alternativa encontrada para driblar as limitações da ciência imprecisa e incerta que corresponde às questões morais. No entanto, ao fazer isso, Walras opta por uma visão mais próxima à leitura de Say (Economia Política Pura) do que àquela feita por Smith (Economia Política Aplicada), na divisão realizada pelo próprio Walras.

3.3 Alfred Marshall: a economia como mediadora das finalidades humanas

Alfred Marshall, cuja carreira foi construída na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, é um dos mais representativos autores da Escola Neoclássica, tendo sua influência sobrepujado a economia do século XIX e adentrado com firmeza o ambiente acadêmico do século XX.

No livro I dos **Princípios de Economia** (1890), Marshall dedica-se a uma série de reflexões, dentre as quais se destacam: o papel e a abrangência do campo da Economia; os problemas essenciais para os quais os estudos econômicos estão dirigidos; as questões sociais centrais que deveriam orientar o trabalho do economista; a razão de ser da ciência e a maneira como esta é desenvolvida. Nesses escritos introdutórios, pode-se perceber seu esforço claro para caracterizar e delimitar o campo econômico de forma precisa. Na economia, poucas perguntas recebem uma resposta pronta e objetiva, e por isso a demarcação dos temas da disciplina restringiria a possibilidade de tais incertezas. Para Marshall, a economia seria “a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar” (Marshall, 1982, p. 23). A essa definição, o autor acrescenta:

(...) de um lado é um estudo da riqueza; e do outro, e mais importante, uma parte do estudo do homem. Pois o caráter do homem tem sido moldado pelo seu trabalho cotidiano e pelos recursos materiais que busca por esse meio, mais do que por outra influência qualquer, à parte dos ideais religiosos. Os dois grandes fatores da história do mundo têm sido o religioso e o econômico (Marshall, 1982, p. 23).

Partindo dessa acepção, Marshall passa a avaliar a economia desde um ponto de vista teleológico, argumentando que o economista deveria ocupar-se dos “fins últimos do homem” (Marshall, 1982, p. 35) e de como esses fins são representados em medidas monetárias (os meios). É nesse momento que o elemento moral da teoria marshalliana torna-se mais evidente: para ele, os fins da ação humana e os meios necessários à realização deste fim estão profundamente articulados e, portanto, se equivalem do ponto de vista ético, ou seja, se o fim é nobre, a busca pelo meio também o é. Nesse sentido, a busca pelos meios não é ruim e nem egoísta, de modo que o desejo por dinheiro (um meio) não possui um julgamento ético *a priori*, mas depende de quão nobre (ou

não) é o seu fim. “Em resumo, o dinheiro é o poder aquisitivo geral e se busca como um meio que pode servir a todos os fins, nobres ou baixos, espirituais ou materiais” (Marshall, 1982, p. 38).

No limite, a teoria marshalliana apresenta a economia como sendo a análise e a medição dos meios através dos quais os objetivos últimos dos seres humanos são alcançados e, nesse sentido, não pode se ocupar de questões impossíveis de serem mensuradas ou reduzidas a leis gerais. No entanto, o autor não se exime em reconhecer a existência de fins gerais que os economistas deveriam perseguir:

(...) todos aqueles que estudam a ciência social, tem que se ocupar dos indivíduos, sobretudo, como membros do organismo social. (...) é verdade, também, como alguns autores alemães bem o frisaram, que o economista deve se preocupar grandemente, e cada vez mais, com motivos relacionados com a propriedade coletiva de bens e com a consecução coletiva de certos fins importantes (Marshall, 1982, p. 40).

Outra questão que merece destaque é o quanto a construção teórica de Marshall é povoada de incertezas. Marshall defende que a economia não pode ser comparada com a física ou a química porque envolve questões sobre a natureza humana, cujas forças são “sutis e mutáveis” (Marshall, 1982, p. 33). No entanto, a possibilidade de se utilizar de métodos quantitativos – mesmo que imprecisos – dá uma vantagem à Ciência Econômica em relação às demais áreas das ciências sociais.

A razão de ser da economia como ciência distinta é que ela trata, sobretudo, da parte das ações humanas mais sujeitas a motivos mensuráveis e que, por conseguinte, se presta mais que todas as outras a raciocínios e análises sistemáticos. (...) Tomadas as devidas precauções, o dinheiro fornece uma boa medida de força motriz de uma grande parte dos motivos que atuam na vida dos homens (Marshall, 1982, p. 51).

Para mensurar esses elementos vantajosos à ciência econômica, Marshall reconhece a importância tanto do método indutivo de análise, quanto do método dedutivo. No entanto, sugere que o último é mais “científico”, ao passo que o outro consiste apenas em apuração de fatos. Desse modo, advoga que a economia se torne uma ciência como a física, a fim de garantir maior

exatidão e eliminar as incertezas. A busca pela transformação da economia em uma ciência dura, e a ênfase dada aos elementos regulares, passíveis de previsão, são elementos da teoria marshalliana compatíveis com modelo científico cartesiano. As incertezas acerca da ação humana, porém, ganham um enfoque especial na análise do autor. Marshall afirma que todas as tendências sobre a ação humana são inexatas e falhas, mas que a busca pela verdade e por leis que nos expliquem melhor como se dão os fenômenos econômicos deve ser incessante (Marshall, 1982, p. 45).

Uma discussão que deriva da precedência do método dedutivo face ao método indutivo é a percepção de Marshall sobre o tempo histórico. O debate entre o economista neoclássico e Dr. Cunningham, economista inglês adepto da escola histórica, evidencia esse ponto. Dr. Cunningham acusou Marshall de construir uma teoria atemporal, pressupondo os mesmos condicionantes, motivos e leis em todos os momentos da história. A crítica de Cunningham remete à concepção de que não foi o processo histórico que construiu uma sociedade cuja teoria dos lucros, por exemplo, é válida, mas a existência da teoria dos lucros que permitiu a realização do processo histórico. Em sua resposta à Cunningham, Marshall alega má leitura de seus escritos e defende a urgência dos estudos sobre história econômica para a compreensão da economia de sua época (Marshall, 1892).

Dentro desse mesmo debate, em relação às críticas feitas por Richard Jones sobre a criação de pressupostos genéricos, Marshall defende que Jones não compreendeu a distinção entre generalidade de doutrinas e dogmas e generalidade de concepções analíticas e ideias (Marshall, 1897). O que se percebe desse debate, porém, é que, muito embora Marshall reconheça a importância dos estudos históricos para a economia, este se exime de fazê-los, dando preferência à análise do tempo teórico, em detrimento do tempo histórico, político e social. Ou seja, para o autor, o tempo é uma variável da teoria, que permite a confirmação ou refutação de suas leis e pressupostos.

A despeito da tentativa de racionalização e construção de uma ciência econômica dura, com suas leis genéricas e atemporais, Marshall foi um economista que se preocupou com as condições econômicas desfavoráveis a que muitas pessoas estariam submetidas na Inglaterra do final do século XIX. Essa

análise parte de uma observação empírica que não é incorporada no método cartesiano, o qual é centrado na coerência lógico-dedutiva. Diz o autor:

Aqueles que têm sido chamados a escória das nossas grandes cidades têm pouca oportunidade para a amizade; nada conhecem do decoro e do sossego, e muito pouco mesmo da união da vida de família; e a religião frequentemente não chega a alcançá-los. Se suas doentias condições físicas, mentais e morais são em parte devidas a outras causas alheias à pobreza, é esta, sem dúvida, a causa principal (Marshall, 1982, p. 23).

Sendo a pobreza um desafio a ser enfrentado, Marshall questiona até que ponto ela pode ser combatida. Isto é, até que ponto ela não é um fenômeno natural da sociedade. Ou podemos viver em um mundo em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de “levar uma vida culta e livre das penas da pobreza”? Do mesmo modo, o autor questiona se é a economia o instrumento capaz de eliminá-la. Essa matéria evidencia uma preocupação moral de Marshall quanto aos efeitos desumanos da economia, sem que, no entanto, o autor apresente um posicionamento acerca das medidas necessárias para combatê-los.

Um último ponto acerca da teoria marshalliana, diz respeito à segmentação do conhecimento entre aquilo que é ciência – como as coisas são – e aquilo que não é ciência – como as coisas deveriam ser. Nessa última categoria encontram-se as questões relativas à distribuição de renda, à propriedade privada, ao dilema sobre o que é justo e o que é injusto, “como deveria ser”, “o que deveríamos fazer”, “de que forma melhorar”, etc. (Marshall, 1982). Embora para Marshall esses temas não estejam precisamente dentro do escopo da Ciência Econômica e a inuntem de um caráter impreciso, são justamente eles que tornam essa ciência interessante.

Essa questão não pode ser inteiramente respondida pela Ciência Econômica, pois depende em parte das virtudes morais e políticas da natureza humana, e sobre estas matérias o economista não tem meios especiais de informação: ele deve fazer o que os outros fazem e conjecturar da melhor maneira possível. Mas a solução depende em grande parte de fatos e inferências que estão na província da economia, e isso é o que da aos estudos econômicos seu principal e mais alto interesse (Marshall, 1982, p. 25).

Esse posicionamento remete à reflexão sobre o que é, de fato, o conhecimento científico e sobre a necessidade de demarcar os limites da ciência, a fim de torná-la mais precisa e legítima. Assim, enquanto há questões que afetam diretamente o estudo da economia e que, portanto, são ciência (a renda, a riqueza, o bem-estar, a produção, a liberdade econômica, os impostos, “como é”, “o que é”, “o que ocorre quando etc.), há outras questões que não são propriamente da área da ciência econômica, mas que estimulam as investigações dos economistas (Marshall, 1982).

Como se pode perceber, Marshall é o economista neoclássico que mais dá margem para questionamentos sobre filosofia moral que não sejam dogmaticamente utilitaristas. Da mesma forma, a preocupação com os aspectos da economia real enfraquece a posição racionalista e demonstra um diálogo com a filosofia moral sem, no entanto, admiti-la como essencial para a elaboração de uma ciência econômica sólida.

Em síntese, a discussão apresentada na presente sessão demonstra a redução das discussões sobre filosofia moral, haja vista que esta não possui o status de ciência. Ciência é o que cabe no método, de forma que a reflexão sobre o conteúdo moral da mobilização de meios e da própria finalidade não se fazem mais presentes na análise neoclássica. Toda a operação teórica se constitui na retirada dessa reflexão do fazer teórico dos economistas.

4 Para uma crítica do pensamento neoclássico

Muitos esforços de crítica da Economia Neoclássica posicionam-se contrariamente à matematização generalizada que o conhecimento econômico adquiriu após a ascensão dessa escola ou à refutação do comportamento exclusivamente autointeressado do *homo economicus*, alegando que não há necessariamente uma contraposição entre os interesses individuais e coletivos. A perspectiva que será trazida nessa seção é a da crítica moral aos fundamentos neoclássicos, a qual se pautará em dois aspectos fundamentais: primeiro, na apropriação do utilitarismo como método e não como filosofia moral; e, segundo, na instrumentalização do pensamento econômico resultante do método cartesiano.

Em relação ao primeiro aspecto, pode-se concluir que as teorias neoclássicas não se apropriaram do Utilitarismo Clássico como justificativa para um comportamento moral, mas buscaram transportar suas premissas para o comportamento do *homo economicus*. Desse modo, a universalização do utilitarismo na imagem desse sujeito provocou um reducionismo comportamentalista de uma filosofia moral de grande envergadura como o Utilitarismo Clássico. Essa compreensão deriva do entendimento de que uma filosofia moral pauta-se em um critério reflexivo e que, por esse motivo, é limitado enquanto tomado como lei geral. Ao padronizar a maximização da utilidade, portanto, a teoria neoclássica esvaziou o utilitarismo de seu caráter de filosofia moral e transformou-o em apenas mais um pilar de sustentação metodológica.

Quanto à crítica sobre a instrumentalização da razão, esta pode ser trabalhada a partir da obra **Crítica da Razão Instrumental** (1967), de Max Horkheimer. Nesse estudo, Horkheimer apresenta uma reflexão acerca do conceito de razão, em que se questiona se esta corresponde a um instrumento para a consecução de um fim ou se representa um fim em si mesma. Para tanto, são apresentados dois conceitos de racionalidade que se fizeram presentes na evolução do pensamento ocidental: a razão subjetiva e a razão objetiva.

A razão subjetiva resulta da reflexão sobre como alcançar os objetivos e, portanto, serve para a realização de um fim. Nesse caso, nega-se a condição absoluta da razão em função da ideia de que esta representa um mecanismo a serviço de um propósito e, enquanto tal, não pode ser avaliada de forma independente. A partir desta definição, Horkheimer atenta para a tendência cada vez mais evidente de instrumentalização do pensamento. Para o autor, o perigo de tal movimento se expressa na automatização da sociedade e da conduta humana – como no caso do *homo economicus* – e ganha forma com a formalização do pensamento a partir de métodos de classificação, dedução e raciocínio lógico:

A atual crise da razão consiste fundamentalmente no fato de que o pensamento, chegado numa certa etapa, ou perdeu a faculdade de conceber em geral uma objetividade semelhante, ou começou a combatê-la como ilusão. Este processo se estendeu paulatinamente, englobando o conteúdo objetivo de todo o conceito racional. Finalmente, nenhuma

realidade em particular pode parecer por si só como racional; esvaziados de seus conteúdos, todos os fundamentos tornaram-se meros invólucros formais. Ao subjetivizar-se, a razão também se formaliza (Horkheimer, 1973, p. 19, tradução nossa)¹⁵.

No entanto, a formalização do conhecimento e a difusão da racionalidade subjetiva ficaram, por muito tempo, sujeitas à racionalidade objetiva que, para além de se fazer presente na consciência individual, era também parte de uma realidade concreta e externa ao indivíduo. Nesse sentido, a razão seria composta por uma estrutura objetiva que de modo algum poderia ser ignorada quando da reflexão sobre os objetivos e sobre as ações individuais. A noção de razão objetiva é, portanto, compreendida enquanto um instrumento de determinação dos fins, não servindo apenas para relacioná-los aos meios.

Os sistemas filosóficos da razão objetiva implicavam a convicção de que é possível descobrir uma estrutura do ser fundamental ou universal e deduzir a partir dela uma concepção do desígnio humano. Eles entendiam que a ciência, se era digna desse nome, faziam dessa reflexão ou especulação sua tarefa. Eles se opunham a qualquer teoria epistemológica que reduzisse a base objetiva do nosso entendimento a um caos de dados descoordenados e que convertesse o trabalho científico em mera organização, classificação ou cálculo de tais dados (Horkheimer, 1973, p. 23, tradução nossa)¹⁶.

Segundo Horkheimer, há um paralelo entre a razão instrumental e a consolidação do modelo industrial capitalista, o qual se utilizou das ferramentas lógico-demonstrativas formais da razão para se expandir. A razão passa, a partir

(15) No original: *“La actual crisis de la razón consiste fundamentalmente en el hecho de que el pensamiento, llegado a una cierta etapa, o bien ha perdido la facultad de concebir en general, una objetividad semejante o bien comenzó a combatirla como ilusión. Este proceso se extendió paulatinamente, abarcando el contenido objetivo de todo concepto racional. Finalmente, ninguna realidad en particular puede aparecer por se como racional; vaciadas de su contenido, todas las nociones fundamentales se han convertido en meros envoltorios formales. Al subjetivizarse, la razón también se formaliza.”*

(16) No original: *“Los sistemas filosóficos de la razón objetiva implicaban la convicción de que es posible descubrir una estructura del ser fundamental o universal y deducir de ella una concepción del designio humano. Entendían que la ciencia, si era digna de ese nombre, hacía de esa reflexión o especulación su tarea. Se oponían a toda teoría epistemológica que redujera la base objetiva de nuestra comprensión a un caos de datos descoordenados y que convirtiese el trabajo científico en mera organización, clasificación o cálculo de tales datos.”*

desse momento, a ser um instrumento social predominantemente prático, negligenciando a reflexão objetiva acerca de conceitos como a justiça, a igualdade, a democracia e a propriedade. A crítica de Horkheimer à formalização e subjetivação do pensamento fica mais clara quando expressa que “a razão se autoliquidou enquanto meio de compreensão ética, moral e religiosa” (Horkheimer, 1973, p. 29), e que “de acordo com a razão formalizada, o despotismo, a crueldade e a opressão não são males em si mesmos” (Horkheimer, 1972, p. 42). Ora, se o despotismo, a crueldade e a opressão não são males em si mesmos, isso significa que, dependendo do contexto, eles podem ser úteis e bons. Tal aceção é uma prova clara que, segundo a razão formalizada, uma realidade objetiva existe apenas na subjetividade do sujeito, o que provoca certos relativismos – trata-se aqui de um exemplo da “ética dos meios”¹⁷.

Para Horkheimer, o pensar pragmático, resultante da mecanização da razão, baseia-se em métodos de experimentação laboratorial, os quais assumem como verdade apenas as hipóteses verificáveis. Em discordância com este modelo de apreensão da verdade, Horkheimer provoca: “A afirmação de que a justiça e a liberdade são por si melhores do que a injustiça e a opressão, não é cientificamente verificável e, portanto, resulta inútil” (Horkheimer, 1973, p. 35)¹⁸. A contribuição de Horkheimer para a crítica à Economia Neoclássica ensaiada nessa seção está na reflexão que suscita acerca do papel da ciência econômica frente a esses desafios colocados pela hegemonia da razão subjetiva desprovida dos limites impostos pela razão objetiva, o que relativiza valores e os associa aos fins subjetivos e particulares de cada indivíduo – através do utilitarismo tomado enquanto pilar do método racional.

Utilizando-se do referencial teórico frankfurtiano, pode-se dizer que o surgimento da escola neoclássica reflete a transição de uma ciência pautada na concepção de razão objetiva para uma ciência que se apoia em uma racionalidade subjetiva, limitando-se aos aspectos da engenharia econômica e negligenciando os dilemas sobre o as finalidades desta ciência. É inquestionável

(17) Na “ética dos meios”, o alcance de um determinado fim é prioritário em relação à normatividade em relação aos meios utilizados para atingi-los.

(18) No original: “*La afirmación de que la justicia y la libertad son de por si mejores que la injusticia y la opresión, no es científicamente verificable y, por lo tanto resulta inútil*”.

que o desenvolvimento de um rigoroso instrumental matemático contribuiu enormemente para o avanço dos métodos de análise quantitativos. No entanto, o cientificismo e o racionalismo metodológico, propagados pelos neoclássicos, contribuíram enormemente para a difusão da razão instrumental, inibindo a razão crítica do campo econômico.

Considerações finais

A Economia Neoclássica que ganhou força no último quarto do século XIX inseriu-se no século XX com força suficiente para tornar-se hegemônica dentro do campo econômico. Dado que a primeira aproximação com qualquer disciplina é feita através do conhecimento padrão, ou o *mainstream*, a reflexão crítica em relação aos seus princípios torna-se uma tarefa de difícil execução, uma vez que é necessário desconstruir certas premissas que já foram internalizadas no processo reflexivo. Com a Economia Neoclássica não é diferente e, por isso, apesar de muitos estudos dedicarem-se ao questionamento de seus principais fundamentos, o ensinamento de seus princípios de forma acrítica ainda se faz presente.

É nesse escopo que se insere o presente trabalho. O esforço aqui apresentado foi o de tentar mostrar de que maneira esta escola se constituiu tendo como base de sustentação, de um lado, o liberalismo clássico e, de outro, o pensamento utilitarista. O contexto histórico da primeira metade da Era Vitoriana, marcado pela ortodoxia liberal e pela concorrência interestatal constitui o primeiro desses pilares. Já a apropriação do princípio da utilidade como parte integrante do método racional neoclássico – materializado no *homo economicus* –, configurou o segundo pilar.

Em relação ao primeiro pilar, a passagem da Era Vitoriana à era dos impérios testemunharia a incompatibilidade da teoria neoclássica com a realidade das últimas décadas do século XIX, marcada pelo aumento da competitividade interestatal e pelo imperialismo. No entanto, uma vez que, para as teorias neoclássicas, não era a compatibilidade com o mundo empírico, mas sim a consistência interna o critério de veracidade, suas teorias matemáticas não sofreram qualquer abalo, do ponto de vista lógico-formal. Nesse contexto surgem críticas ferrenhas à perspectiva neoclássica, manifestadas nas

abordagens histórico-estatistas¹⁹ e marxistas e anti-imperialistas²⁰, as quais buscavam compreender o imperialismo como uma etapa do desenvolvimento capitalista e não somente criar um arranjo econômico logicamente consistente. Esses estudiosos acusavam os teóricos do *mainstream* de elaborar teorias a-históricas a partir de uma realidade atrasada, que datava do início da Era Vitoriana (1837).

No que tange à filosofia moral utilitarista, segundo pilar de sustentação da Economia Neoclássica, concluiu-se que a utilização da noção de maximização da utilidade individual como característica constituinte do *homo economicus* transformou o utilitarismo em um axioma metodológico, esvaziando-o do seu conteúdo moral. Isso se dá porque a filosofia moral é um ramo do pensamento que exige o exercício da razão, sendo reflexiva e não-axiomática. Uma filosofia moral que é apropriada como método tem seu conteúdo moral suprimido, porque a padronização retira o critério reflexivo dessa filosofia. Foi o que aconteceu com o utilitarismo quando da apropriação deste pela escola neoclássica, reduzindo-o a um pressuposto comportamental e não moral.

Assim, a avaliação moral e metodológica do *mainstream* econômico no século XX, dando maior robustez e profundidade à análise econômica configura um tema urgente. Mais do que isso, a renovação didática coloca-se como um desafio, na medida em que a reprodução dos modelos neoclássicos de modo acrítico é uma prática comum por parte de muitos estudiosos do campo econômico. O resgate de um fazer científico pautado em uma economia do dever de justiça social e do “bom viver”, além da superação do individualismo metodológico em uma disciplina que trata claramente de questões sociais e coletivas é o desafio daquelas e daqueles que pretendem resgatar a Crítica da Economia Política e o debate ético hoje, abandonando a suposta neutralidade do campo econômico.

Como argumentou Aloísio Teixeira (2000) “Mais do que nenhuma outra, a ciência econômica (*sic*) contém, no próprio núcleo organizador dos problemas de que trata, as paixões e os interesses humanos; é, portanto, natural

(19) Friedrich List (1841).

(20) Rosa Luxemburgo (1913); J. A. Hobson (1902); Vladimir Lênin (1917).

que uma verdadeira bruma ideológica a envolva” (Teixeira, 2000). Sabendo que a ciência econômica não pode ser neutra, deve-se garantir que ela seja crítica, ou seja, capaz de transformar a realidade e, por ela, ser transformada.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Elizabeth. Beyond homo economicus: new developments in theories of social norms. *Philosophy & Public Affairs*, v. 29, n. 2, 2000.

BEAUD; Michel; DOSTALER, Gilles. *Economic thought since Keynes: a history and dictionary of major economists*. Taylor and Francis e-Library, 2005.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COQUELIN, Charles. *Dictionnaire de l'économie politique*. Paris: Guillaumin, 1854.

HEILBRONER, Robert. *A história do pensamento econômico*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848 - 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSON, J. A (1902). *Imperialism: a study*. New York: Cosimo Inc., 2005.

HORKHEIMER, Max. *Crítica de la razón instrumental*. Buenos Aires: Ed. Sur, 1973.

HUENEMANN, Charles. *Racionalismo*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012.

HUNT, Emery Kay; SHERMAN, Howard. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1977.

JEVONS, Stanley. *The theory of political economy*. (1871). 5th ed. New York, 1965.

JEVONS, Stanley. *Economia política*. Lisboa: Ed. Ilustração, 1896. Tradução da 5 ed. do original em inglês (3. ed.).

KEYNES, John Maynard (1936). *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. (Coleção Os Economistas).

LENIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Ed. Centauro, 2003.

LIST, Friedrich (1841). *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

LOBO, Jose Antonio. *Tiempos de crisis*. Salamanca, Espanha: Editorial San Esteban, 1995. (Cuadernos de Estudios Filosóficos, 5).

LUXEMBURG, Rosa (1913). *A acumulação do capital: contribuição ao estudo do imperialismo*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*, v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARSHALL, Alfred. The perversion of economic history: a reply. *The Economic Journal*, v. 2, n. 7, p. 507-519, set. 1892.

MARSHALL, Alfred. The old generation of economists and the new. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 11, n. 2, p. 115-135, Jan. 1897.

PEREZ, Carlota. *Technological revolutions and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Ltd, 2002.

PERNISSOTO, R. Marxismo e ciências sociais: um balanço crítico do marxismo analítico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, p.113-177, jun. 2010.

PESSANHA, José. BENTHAM, Jeremy (1748-1832): vida e obra. In: BENTHAM, Jeremy; MILL, John Stuart. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

SCREPANTI, E; ZAMAGNI, S. *An outline of the history of economic thought*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Natasha Pergher Silva

TEIXEIRA, Aloísio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. *Econômica*, n. 4, p. 85-109, dez. 2000.

TULIO, R. A teoria do valor em Jevons e Menger: uma abordagem sobre o uso da matemática na economia marginalista. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas -- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015).

WALRAS, León. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).